

BRUNO, Deusa da Cunha. Brasil República: o jogo do poder oligárquico. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995. 237 p.

O livro trata de um corpo de questões políticas embutidas na assertiva de que o Brasil é uma centenária República, formalmente constituída, mas excludente, não democrática, onde as oligarquias tramam e entre elas dividem o poder. Na trama política republicana, o poder dominante alimenta uma satisfação constitucional e uma desigualdade social exacerbada, marginalizando o cidadão comum, excluído que é da participação política do país.

Ele é o resultado de uma pesquisa histórica, onde ao ultrapassar o momento meramente descritivo se pode encontrar o conhecimento teórico mais profundo. Essa perspectiva permitiu articular aspectos e fatos, com frequência tratados isoladamente e obscurecidos por explicações insatisfatórias. Partindo da afirmativa de que na República o exercício da soberania corresponde ao povo, o livro caminha pela história da experiência republicana no Brasil, analisando as relações de poder que ela possa ter representado o advento da democracia brasileira.

A autora analisa, também, o malogro do constitucionalismo, resultante da multiplicidade de emendas e de textos que não se consolidam, bem como a complexa apreensão jurídica do fenômeno político, agravada pela prática constante da inclusão de normas na Constituição, antecipadamente condenadas ao descumprimento.

Mostra a frustração do Estado de Direito e, em consequência da segurança, da estabilidade das relações políticas, jurídicas e sociais. Argumenta que se o regime democrático é justamente a absorção desse confronto por mecanismos institucionais, legitimamente estabelecidos e válidos para todos, uma sociedade marcada pelo autoritarismo anacrônico das relações políticas e sociais, como a do Brasil, não pode pretender foros de definitividade em seu Texto Maior. O que verifica é a constante investida de reformá-lo sob a inspiração efêmera de critérios políticos menores, tornando *difícil* definir-se, em termos constitucionais, o traço marcante dessa República que, necessariamente, deveria implicar uma forma democrática de organização da sociedade, com melhor distribuição da justiça social.

O livro mostra que, na praxis, a república brasileira, implantada e implementada fitando o pretérito monarquista, com a tutela das corporações, a serviço das oligarquias, não propiciou ao cidadão sua participação política. Ao contrário, deixou-o de certa forma inerte diante de sua impotência. Com isso, esse cidadão teve excluídos os seus direitos, por vezes autoritariamente cassados.

Na busca dos caminhos políticos do Brasil, o livro nos fala de uma identidade republicana, o que fez crer que essa República não tenha se realizado em 1989: os presidentes continuaram a ter dignidade imperial e o povo não teve acesso ao poder. Constata que falta espaço no poder para que a população brasileira possa se realizar politicamente.

Nele, a autora narra o jogo do poder oligárquico republicano, do alvorecer da República, em 1989, até seu centenário, estudando também a efetividade das normas constitucionais desde o código político da Primeira República, em 1891, até a Constituição atual, de 1988. O capítulo I, estuda a Primeira República, da proclamação à Revolução de 1930, analisando os antecedentes republicanos e o jogo político-oligárquico presente nessa fase da história. O capítulo II, se dedica à crise política da época, à forma revolucionária da oligarquia e seu jogo de poder no Brasil Novo, bem como sua atuação no Estado Novo. Em seguida, o capítulo III penetra na retomada do país ao regime de direito, na análise da Carta de 1946, na liberdade política e no golpe contra as instituições, verificando a trama política da aceitação do golpe de 1964, a teia oligárquica que envolve o povo brasileiro no percurso de uma ditadura militar até chegar à abertura política.

Ainda que a narrativa se faça por um percurso histórico, de leitura muito agradável, ressalta o cunho político que a autora deu na composição dos fatos e dos atos que emergem do poder, dos textos constitucionais e da norma jurídica, sempre em linha contrária à participação popular e à justiça social.

Rosa Maria Torte da Cunha